



O PUNHO & A ROSA

REVISTA DO MOVIMENTO SINDICAL DO PDT RJ

MAIO DE 2025 - ANO III - Nº 03



AUDITORIA JÁ!

O Sistema da Dívida Pública rouba direitos da classe trabalhadora

MARIA LUCIA FATTORELLI

O PACTO DA BRANQUITUDE

Reflexão sobre a importância do apoio às candidaturas negras

HISTÓRIA

Leão XIII o papa dos trabalhadores e dos sindicatos

ECOTRABALHISMO

Florestas, Baía e Povo: A Visão Ambiental de Brizola

RELIGIÃO & POLÍTICA

Trabalhadora, negra, periférica: O perfil dos evangélicos no Brasil

MEIO AMBIENTE

Mudanças climáticas: desafios e oportunidades

LEGISLAÇÃO & SAÚDE

A base da segurança e saúde no trabalho sob a ótica da nova NR-1

CONJUNTURA INTERNACIONAL

Por que o sionismo é o novo nazismo, com apoio do fundamentalismo cristão?

SAÚDE

O efeito do canabidiol na vida de um cidadão comum

POLÍTICAS PÚBLICAS

A experiências de fomento aos Sistemas Alimentares Circulares e Sustentabilidade

TRABALHO E CONJUNTURA

A desconstrução ideológica dos direitos

E MAIS...

Tempos de mudanças...

Sob vários aspectos, o mundo está cada vez mais acelerado, seja pela comunicação em tempo real que foi normalizada, seja pela quantidade e volume de informações que isso nos traz, pela velocidade cada vez mais impressionante dos avanços tecnológicos, ou pela loucura do dia a dia do trabalhador que se equilibra para dar conta de todos seus afazeres, e espreme as horas do dia para ter algum tempo livre para sua família...

Esse ritmo nos coloca num transe, que implica em trabalhar, pagar contas, comprar o básico, trabalhar mais para poder comprar mais e pagar mais contas! Todavia um grande filósofo, um homem de vida simples por opção, agricultor e político, nos apontou o caminho contrário: "Inventamos uma montanha de consumos supérfluos. Compra-se e descarta-se. Mas o que se gasta é o tempo de vida. Quando compro algo, ou você compra, não pagamos com dinheiro, pagamos com o tempo de vida que tivemos que gastar para ter aquele dinheiro. Mas tem um detalhe: tudo se compra, menos a vida. A vida se gasta. E é lamentável desperdiçar a vida para perder a liberdade."

José "Pepe" Mujica, nos deixou recentemente, partindo deste plano como viveu sua vida, de forma simples, leve e sóbrio. Nos mostrou que a vida deve ser muito mais, e parte deixando uma lacuna dolorida em tempos em que necessitamos tanto de quem pratica o que prega.

Outra perda irreparável foi a de Francisco, o papa que transcendeu sua religião e se tornou o maior líder social contemporâneo, promovendo a paz entre os homens, pregando um mundo com menos desigualdades, com responsabilidade social, ambiental, política, e sobretudo a construção de um futuro feliz. Assim como Mujica, defendia uma desintoxicação do inútil, que vicia, entorpece, anestesia e escraviza o homem. Ele dizia "Hoje a natureza que nos rodeia já não é mais admirada, mas "devorada". É preciso voltar a contemplar; para não nos distrairmos com mil coisas inúteis, é preciso reencontrar o silêncio; para que o coração não adoeça, é preciso parar."

Perdemos dois grandes líderes na "construção de pontes", que deixam esse mundo um pouquinho melhor do que encontraram. Fica aqui nossa humilde homenagem, e para nos despedir dessas figuras históricas, das quais tivemos a sorte de ser contemporâneos, deixamos uma lembrança do Papa Francisco que motiva nossa luta diária na construção de um mundo melhor: "Se o mal é contagioso, o bem também é. Deixemo-nos contagiar pelo bem!"

Eduardo Chamarelli
Presidente do Movimento
Sindical do PDT RJ



ÍNDICE

TRABALHO E CONJUNTURA: A DESCONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA DOS DIREITOS	04
Dep. Estadual Wanderson Nogueira	
URBANISMO: EXPERIÊNCIAS DE FOMENTO AOS SISTEMAS ALIMENTARES CIRCULARES E SUSTENTABILIDADE	06
Vereador Julio Carolino	
HISTÓRIA: LEÃO XIII: O PAPA DOS TRABALHADORES E DOS SINDICATOS QUE CONCEBEU UMA DOUTRINA SOCIAL	08
Professor Lucas Álvares	
MEIO AMBIENTE: MUDANÇAS CLIMÁTICAS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES	10
Professor José Roberto Paiva	
CONJUNTURA INTERNACIONAL: POR QUE O SIONISMO É O NOVO NAZISMO, COM APOIO DO FUNDAMENTALISMO CRISTÃO?	12
Professor Thomas de Toledo	
RELIGIÃO & POLÍTICA: TRABALHADORA, NEGRA, PERIFÉRICA E JOVEM: O PERFIL DOS EVANGÉLICOS NO BRASIL	14
Fernanda Fonseca	
DÍVIDA PÚBLICA: AUDITORIA JÁ: SISTEMA DA DÍVIDA ROUBA DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA	16
Maria Lucia Fattorelli	
DEMOCRACIA E CIDADANIA: O PACTO DA BRANQUITUDE NOS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL	20
Prof. Dr. Babalawô Ivanir dos Santos	
ECOTRABALHISMO: FLORESTAS, BAÍA E POVO: A VISÃO AMBIENTAL DE BRIZOLA	22
Luis Moreira	
SAÚDE: O EFEITO DO CANABIDIOL NA VIDA DE UM CIDADÃO COMUM	24
Dr. Themistocles Barros	
DIREITO DA MULHER: DUPLA JORNADA: O DESAFIO INVISÍVEL DAS MULHERES ENTRE TRABALHO E CUIDADOS — A JORNADA QUE NINGUÉM VÊ	26
Dra. Mayara Brito	
DIREITO: A BASE DA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO SOB A ÓTICA DA NOVA NR-1	28
Dr. Marcio Barroso	
EMENDA PARLAMENTAR: O DESEQUILÍBRIO NO TRIPÉ CONSTITUCIONAL: O AVANÇO DAS EMENDAS PARLAMENTARES E A CRISE DA REPÚBLICA	30
Eduardo Chamarelli	
CULTURA E EDUCAÇÃO: UBUNTU: CULTURA E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA REGIÃO DA PEQUENA ÁFRICA	32
Profª. Drª. Mariana Gino / Marcelo Luiz Ivanir dos Santos	
SANEAMENTO: O ENIGMA DOS BILHÕES DA CEDAE: PROMESSAS RASGADAS, SERVIÇOS PRECÁRIOS, USO POLÍTICO DO DINHEIRO PÚBLICO E DESCUMPRIMENTOS CONTRATUAIS	34
Dr. Vitor Duque	

TRABALHO E CONJUNTURA

A DESCONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA DOS DIREITOS

DEP. ESTADUAL WANDERSON NOGUEIRA

CLT não é xingamento — é conquista. Tecnologia pode e deve servir para melhorar a qualidade de vida do trabalhador

Em meio a um cenário de transformações profundas nas relações de trabalho, sendo a Inteligência Artificial considerada uma nova revolução, um fenômeno inusitado e preocupante vem ganhando espaço: ser “trabalhador CLT” virou piada ou até xingamento entre adolescentes e jovens em redes sociais. Vídeos ironizando quem “vai acabar batendo ponto” ou “sonha com carteira assinada” viralizam, alimentando uma cultura que associa direitos trabalhistas a fracasso ou mediocridade. Mas o que há por trás desse discurso? E por que é urgente reafirmar a importância da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) neste momento?

Não é ousadia dizer que a melhor experiência do campo progressista no Brasil é a do trabalhismo, que garantiu direitos e protagonismo ao povo. A CLT é uma delas. Instituída por Getúlio Vargas, em 1943, não é apenas um conjunto de normas: é fruto de lutas históricas dos trabalhadores por dignidade, segurança e justiça nas relações laborais. Ela garante, entre outras coisas, férias remuneradas, 13º salário, FGTS, limites de jornada, proteção contra demissão arbitrária e acesso ao INSS.

Transformar essa conquista em motivo de vergonha não é algo inocente. É resultado de um processo político e ideológico que, há anos, tenta deslegitimar a proteção trabalhista em nome de uma suposta “modernização” que, na prática, precariza o trabalho. A reforma trabalhista de 2017, por exemplo, flexibilizou direitos e aumentou a informalidade, sob a promessa de geração de empregos – que, como sabemos, não se concretizou.

Quando somamos esse fenômeno de achincalhamento da CLT à chegada acelerada da inteligência artificial (IA) e das novas

tecnologias no mundo do trabalho, temos um alerta urgente: estamos diante de uma batalha de narrativas e práticas que definirá o futuro da classe trabalhadora.

É natural a pergunta: será que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com mais de 80 anos, ainda tem lugar nesse novo cenário digital e automatizado? A resposta deve ser clara, em alto e bom som: sim! Mais do que nunca, a CLT é essencial para garantir que a tecnologia seja aliada — e não inimiga — dos trabalhadores.

Então, não é por acaso que a CLT virou piada entre adolescentes nas redes. Essa ideia de que trabalhar com carteira assinada é “coisa de quem não venceu na vida” é resultado de um projeto político e ideológico que vem sendo disseminado há anos. Um projeto que tenta convencer a sociedade de que proteção trabalhista é sinônimo de atraso, e que o “novo” é abrir mão de garantias em nome de uma suposta liberdade.

“A juventude quer futuro, e cabe a nós mostrar que esse futuro pode — e deve — incluir proteção social, respeito e oportunidades reais”

Mas essa “liberdade” vendida por influenciadores e por setores do mercado é, muitas vezes, a liberdade de não ter férias, 13º, aposentadoria, plano de saúde, nem segurança no fim do mês. É a liberdade de estar por conta própria, sem qualquer proteção. A CLT, ao contrário, representa a conquista por dignidade

e justiça no trabalho — algo que jamais deveria ser tratado como fraqueza.

A TECNOLOGIA NÃO PRECISA SER INIMIGA

É um caminho sem volta: a inteligência artificial e as novas tecnologias estão transformando o trabalho, automatizando tarefas, mudando profissões e exigindo novas habilidades. Mas isso não significa que o trabalhador deve ser descartado. Pelo contrário: a tecnologia deve ser usada para melhorar a vida de quem trabalha, e não para precarizar ainda mais.

Robôs e algoritmos podem assumir tarefas repetitivas, mas não substituem a sensibilidade, a criatividade, o cuidado e o saber humano. E se a produtividade aumenta, o debate que se impõe é: por que não reduzir jornadas e redistribuir os frutos desse progresso com mais justiça? Essa é a pergunta, que nós trabalhista, somos os convocados a liderar a sua resposta.

CLT 4.0: DIREITOS PARA O SÉCULO XXI

Defender a CLT não é se apegar ao passado, é garantir que os direitos evoluam junto com o mundo. É urgente discutir uma atualização que:

- Inclua os trabalhadores de aplicativos e plataformas digitais;
- Regule o uso da IA em contratações, demissões e avaliações;
- Proteja os dados dos trabalhadores; e
- Promova a redução da jornada com manutenção de salário, frente aos ganhos de produtividade tecnológica.

Essa modernização precisa ser feita com diálogo, participação social e protagonismo sindical — jamais como pretexto para retirada de direitos.

Também é fundamental recuperar, entre os jovens, o orgulho de ser trabalhador. Isso passa por educação, campanhas de conscientização e, principalmente, pelo exemplo de que é possível viver com dignidade quando se tem direitos

assegurados.

Ao mesmo tempo, é preciso garantir requalificação profissional contínua. A tecnologia muda rápido — e a formação deve acompanhar. A juventude quer futuro, e cabe a nós mostrar que esse futuro pode — e deve — incluir proteção social, respeito e oportunidades reais.

SINDICATOS: PONTES ENTRE O PRESENTE E O FUTURO - E O FUTURO É COM DIREITOS

Os sindicatos têm um papel decisivo nesse processo. São eles que podem construir pontes entre a tradição de luta por direitos e as transformações do século XXI. É um dos últimos respiros para conter o avanço do viver individualista e clamar por coletividade, afinal estamos todos no mesmo barco. Isso, é claro, exige uma atuação mais digital, mais próxima da juventude e mais preparada para as disputas em torno da tecnologia.

Não basta defender a CLT nos tribunais e nas negociações coletivas. É preciso defendê-la também nas redes sociais, nas escolas, nos espaços de cultura, nos grupos de WhatsApp — onde hoje se constroem opinião, narrativas e se forma visão de mundo.

A inteligência artificial não pode significar o fim do trabalho — deve representar uma nova era de possibilidades, com mais tempo livre, mais qualidade de vida e mais valorização da dimensão humana do trabalho. Mas isso só acontecerá se houver organização e regulação. O papel dos trabalhistas é liderar esse movimento.

O primeiro passo é dizermos com todas as letras: CLT não é xingamento — é conquista. Tecnologia não é ameaça — é ferramenta. E o trabalhismo continua sendo o melhor caminho para construir um futuro justo, moderno e digno para todos.



Wanderson Nogueira

Deputado Estadual pelo PDT RJ.

Tem formação como professor, jornalista e gestor público. Ex vereador por Nova Friburgo, sua base, já atuou como radialista, apresentador, colunista e escritor. Autor dos livros “Palavreando” e “Nova Friburgo, meu lugar no mundo”.

URBANISMO

EXPERIÊNCIAS DE FOMENTO AOS SISTEMAS ALIMENTARES CIRCULARES E SUSTENTABILIDADE

VEREADOR JÚLIO CAROLINO

As cidades, como organismos vivos em constante transformação, refletem diversos movimentos econômicos, sociais, culturais e ambientais. A urbanização distanciou as pessoas da produção de alimentos, contribuindo para a fome e desigualdade.

A agroecologia urbana, que incorpora a agricultura nas cidades, oferece soluções eficazes, promovendo segurança alimentar, nutricional e ambiental. Políticas públicas e planejamento urbano são fundamentais para sua expansão, incentivando projetos de agricultura urbana, gestão de resíduos orgânicos e distribuição local. Embora existam desafios, como falta de apoio institucional, há perspectivas promissoras com o crescimento do interesse social e o fortalecimento de políticas públicas, indicando um futuro mais sustentável e justo para as cidades.

Como Secretário de Agricultura, Pecuária e Pesca, a segurança alimentar emergiu como prioridade máxima. Reconhecemos que a transformação da cidade não se limitava apenas ao desenvolvimento econômico, mas também à garantia de acesso a alimentos saudáveis. Implementamos projetos que envolviam diretamente a população, promovendo a participação ativa dos cidadãos na produção e distribuição de alimentos. Esta abordagem inovadora não só aumentou a auto-suficiência alimentar, mas também fortaleceu a comunidade, tornando-a mais resiliente e solidária.

Em 2017, a cidade de Maricá avançou

significativamente na garantia da segurança alimentar através da criação da Fazenda Municipal Joaquim Piñero, que produz anualmente cerca de 30 toneladas de alimentos.

Esta fazenda, gerida por uma cooperativa, não só incentiva a produção agrícola, mas também promove o turismo rural. Além disso, a Fábrica Municipal de Desidratados, em homenagem ao ex-prefeito Édio Muniz, utiliza tecnologias modernas para estender a vida útil dos alimentos, valorizando a produção local, reduzindo o desperdício e oferecendo produtos de alta qualidade. Reconhecida pelo Ministério da Desenvolvimento Agrário, a fábrica contribui para o desenvolvimento econômico regional.

“A administração pública atua como intermediária, conectando produtores e consumidores, fechando assim o ciclo sustentável da produção local.”

Maricá também se destaca com suas praças agroecológicas, onde os moradores podem colher vegetais gratuitamente.

Inicialmente ousada, esta iniciativa hoje é celebrada e reconhecida internacionalmente.

A cidade participou da Declaração das Cidades Circulares, movimento apoiado pela ONU, e sua experiência foi compartilhada em eventos internacionais, incluindo o “Cidades e Alimentação”. Este evento reuniu cidades brasileiras e europeias, como Santarém, Rio Branco, Curitiba, Recife, além de Bruxelas, Gante, Valencia, Turim e Montpellier. Maricá, com suas praças agroecológicas, desempenha um papel crucial nesta rede de cidades comprometidas com a sustentabilidade alimentar.

O projeto Baldinho do Bem, inspirado na “Revolução dos Baldinhos”, incentiva a segregação domiciliar de resíduos orgânicos. Foram distribuídos 5 mil baldes, encorajando a compostagem. Os materiais são pesados, triturados e compostados na Praça Agroecológica, gerando adubo para novas culturas por quatro técnicas específicas. Além disso, ofertam alimentos produzidos nessas praças e na Fábrica Municipal de Desidratados, promovendo uma economia circular e sustentável.

A Feira Agroecológica promove a venda de produtos dos pequenos produtores, enquanto o Caminhão do Peixe oferece pescados artesanais a preços acessíveis, beneficiando comunidades carentes. A administração pública atua como intermediária, conectando produtores e consumidores, fechando assim o ciclo sustentável da produção local.

O Mercado Municipal Pedro de Paulo Pereira, com sua área de 1.300m² e 32 boxes, oferece alimentos saudáveis aos moradores

de Maricá. Localizado perto da Rodoviária, facilita o acesso dos agricultores locais. Além disso, a cidade conta com o Serviço de Inspeção Municipal (SIM), garantindo a qualidade dos produtos. O Restaurante Municipal Mauro Alemão serve duas refeições diárias a preços populares. Já o Inova Maricá, um acordo entre a Codemar e a UFRRJ, promove ações na agroecologia, abrangendo diversos aspectos sociais e econômicos. Essas iniciativas fortalecem a economia local, promovendo saúde e sustentabilidade.

Em 2022, Maricá se destacou internacionalmente ao participar da COP-27 no Egito, assinando o Compromisso de Cooperação da Carta de Sinai. Este evento reforçou a língua portuguesa e promoveu a cultura lusófona, além de abordar agricultura urbana sustentável e mobilidade urbana. Posteriormente, a cidade se engajou na Declaração das Cidades Circulares da América Latina e do Caribe, e assinou o Pacto de Milão sobre alimentação urbana. Maricá também participou ativamente do Projeto Diálogos União Européia - Brasil, colaborando em debates nas cidades de Valência, Barcelona, Milão, Turin, Ghent e Bruxelas, demonstrando seu compromisso com questões globais e sustentabilidade.

É crucial que as ações governamentais priorizem o bem-estar humano, promovendo o desenvolvimento sustentável. Governo e cidadãos devem colaborar, com a administração pública oferecendo suporte para o crescimento pessoal e coletivo. Reconhecemos nossa missão de servir o povo, garantindo que todos tenham as ferramentas necessárias para se tornarem cidadãos ativos e responsáveis.



Julio Cesar Silva Santos (Julio Carolino)

Advogado e Pós Graduado em Direito Civil. Ex-Secretário de Agricultura, Pecuária e Pesca de Maricá-RJ e Vereador eleito por 2 mandatos. Apaixonado pela agroecologia e piloto de avião, idealizador na cidade de Maricá dos Jardins Comestíveis. Foi articulador da adesão da cidade ao Pacto de Milão Representante na 27ª edição da Conferência do Clima (COP 27), Sharm El-Sheikh, Egito; idealizando a “Carta de Sinai” com vistas a integração dos governos

HISTÓRIA

LEÃO XIII: O PAPA DOS TRABALHADORES E DOS SINDICATOS QUE CONCEBEU UMA DOUTRINA SOCIAL

LUCAS ÁLVARES

“Em nosso tempo, ainda vemos muita discórdia, muitas feridas causadas pelo ódio, pela violência, pelo preconceito, pelo medo do diferente, por um paradigma econômico que explora os recursos da Terra e marginaliza os mais pobres”. Leão XIV

Assim o novo Papa, Leão XIV, definiu suas bandeiras de luta na primeira homilia de seu pontificado, em 18/05. A mensagem clara de um líder comprometido com os postulados históricos da Doutrina Social da Igreja, perspectiva de transformação social estruturada em mais de 130 anos de tradição, e que teve justamente em Leão XIII (1810-1903), com o longo papado de 25 anos (1878-1903), seu pioneiro e principal doutrinador.

Leão XIII governou a Igreja na efervescência da Revolução Industrial, quando a recém unificada Itália a abraçava tardiamente, quase cem anos depois dos ingleses. No mundo católico, Leão XIII conviveu com a instabilidade política na França, alvo de sucessivas tentativas de restauração monárquica, e no Brasil, onde a chaga da escravidão mobilizava setores organizados da sociedade brasileira daquele tempo na causa da emancipação dos escravizados.

Compromissado com a transformação, Leão XIII forneceu diretrizes aos povos, na época quase integralmente formados por cidadãos de religião católica: aos franceses, orientou na encíclica “Au milieu des sollicitudes” (1892) que aceitassem as instituições republicanas, unindo-se em torno da

República e abolindo o reacionarismo das tentativas de restaurações monárquicas, fossem bonapartistas ou da Casa d’Orleães. Aos brasileiros, o pontífice dirigia a encíclica “In Plurimis” (1888), decisiva para a aprovação da Lei Áurea. No documento, Leão XIII defendeu, com vigor, a liberdade dos indígenas e dos afro-brasileiros. A enorme repercussão de “In Plurimis” virou votos conservadores, e foi importantíssima para silenciar vozes pretensamente conciliadoras, que defendiam uma abolição gradativa ou sob indenização aos antigos senhores de escravizados.

Mas foi, certamente em “Rerum Novarum” (1891), sua mais famosa encíclica, que Leão XIII pôde refletir sobre as contradições intrínsecas ao mundo do trabalho, defender a função social da propriedade, o papel do Estado como garantidor da justiça social e promotor de um modelo previdenciário que protegesse os trabalhadores na velhice, na doença e no desemprego (chamado por ele de “reveses da fortuna”). Em “Rerum Novarum”, Leão XIII denunciou o vil tratamento ofertado aos operários por seus patrões, e propôs a conciliação de classes mediada pelo espírito cristão e pela ação do Estado.

Muito se fala da condenação feita por Leão XIII à obra de Marx e às propostas revolucionárias daquele tempo. Nenhuma

delas, aliás, chegou ao poder durante o tempo de vida do Papa para que ele as pudesse avaliar. A óbvia condenação ao marxismo de dava, muito mais, por serem o catolicismo e o materialismo histórico como água e óleo do que pela possibilidade de observação das experiências concretas.

“Leão XIII denunciou o vil tratamento ofertado aos operários por seus patrões, e propôs a conciliação de classes mediada pelo espírito cristão e pela ação do Estado.”

Deve-se ressaltar, sobretudo, a mensagem mais poderosa de “Rerum Novarum”, para além da defesa da justiça social, da previdência social e do apoio aos trabalhadores contra as injustiças. Ainda em 1891, quando os sindicatos incipientes eram criminalizados por governos de todo o mundo, ao arrepio à livre associação tão propalada pela ideologia liberal, Leão XIII, dirigindo-se aos trabalhadores, instruiu: sindicalizem-se. Tanto ali foram defendidas corporações que integrassem patrões e empregados, à moda do que depois o Brasil, de forma bem-sucedida, poria em prática com o Sistema S, como também de associações de operários católicos que ganhassem voz nos sindicatos da época, em um embrião do que depois se materializou como a Democracia Cristã.

O trabalhismo brasileiro deve muito à obra e ao exemplo do Papa Leão XIII. Alberto Pasqualini (1901-1960) foi o mais fecundo teórico trabalhista, e é inegável a influência da democracia cristã europeia e da Doutrina Social da Igreja em sua obra doutrinária. Getúlio Vargas, de formação agnóstica e positivista, prestigiou a perspectiva reformista católica, inserindo intelectuais a ela ligados, como Rodrigo Melo Franco (1898-1969), na estrutura governamental.

A influência de Leão XIII está presente em Vargas, seja no neotomismo do pontífice, que revaloriza as tradições católicas e as atualiza, e que se explicita no grande valor dado à patrimonialização da arquitetura e da arte sacras (incluindo aí uma cidade inteira, Ouro Preto, em 1938), na Consolidação das Leis Trabalhistas (1943), filha direta da Rerum Novarum e de seus diagnósticos, na criação da Legião Brasileira de Assistência (1942), instituição pública de caridade, no advento da Previdência Social, na época exercida por diversos institutos previdenciários, e na concepção do Sistema S, de caráter corporativo e que é fundamental para o bom exercício da vida empresarial em nosso país.

Mais do que um reformador católico, Leão XIII foi um apoiador dos trabalhadores, dos sindicatos e das causas republicana e abolicionista. Sua voz permanece a ecoar, esteve viva em Vargas e Pasqualini e está viva em Leão XIV. Que o novo pontífice seja sempre uma voz corajosa a ser ouvida, respeitada e que a coerência com a Doutrina Social da Igreja permeie seu pontificado.



Lucas Álvares

Professor universitário, doutor em Memória Social pela Unirio, jornalista e secretário de Formação Política da Fundação Leonel Brizola/Alberto Pasqualini do Estado do Rio de Janeiro.

MEIO AMBIENTE

MUDANÇAS CLIMÁTICAS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

JOSÉ ROBERTO PAIVA

As mudanças climáticas, já em curso, afetam nosso cotidiano e exigirão transformações profundas de nossos hábitos, políticas públicas e modelos produtivos. Eventos climáticos tendem a se tornar a cada ano mais extremos com impactos diretos sobre a agricultura, segurança alimentar e economia, podendo trazer episódios de fome.

O aumento do efeito estufa gera o aquecimento global que está levando a uma sequência de impactos que se intensificam a cada ano. Entre os fenômenos observados estão a elevação do nível do mar, derretimento das geleiras, incêndios de grandes proporções, inundações recorrentes e prolongadas secas em diferentes regiões do planeta.

Em 2024 enchentes incomuns atingiram o Rio Grande do Sul e a costa ocidental da África. No ano anterior deixou o Paquistão embaixo d'água. Enquanto isso, a região amazônica, tradicionalmente úmida, registrou secas extremas. Nos EUA tornados mais devastadores e fora de época, assim como a ampliação da temporada de furacões e tufões no Golfo do México e sudeste da Ásia.

O efeito estufa é um fenômeno natural e essencial à vida na Terra. O Sol aquece a superfície terrestre durante o dia; à noite a Terra perde boa parte desse calor em forma de radiação infravermelha. As noites seriam extremamente frias se não fosse o efeito estufa. Gases de efeito estufa (GEE) como o gás carbônico (CO₂), metano, óxidos nitrosos retêm parte da radiação infravermelha e garantem temperaturas amenas, que permitem a manutenção da vida.

A atmosfera é formada basicamente por nitrogênio (cerca de 78%) e oxigênio (cerca de 21%); outros gases como gases nobres, vapor d'água, CO₂, metano somam o 1% restante. Hoje o teor de CO₂ no ar é de 420 ppm (partes por milhão). No início da Revolução Industrial a concentração de CO₂ no ar era de 280 ppm. Ou seja, houve um aumento de 51% em quase dois séculos.

Ocorre que o crescimento da Humanidade e suas crescentes necessidades por energia, exploração de matéria prima, desmatamento, geram uma quantidade de GEE que está aumentando a temperatura de nosso Planeta. Muito preocupante ainda o crescimento do teor de metano na atmosfera. O metano tem um efeito como GEE cerca de 80 vezes maior do que o CO₂. Desde a Revolução Industrial o metano teve um aumento de 165% e hoje seu teor na atmosfera é de cerca 1.934 partes por bilhão (ppb), ou 0,0019%. Esses números são mais do que simples estatística. Cada aumento de ppm de GEE na atmosfera, de temperatura média, tem impacto nas nossas vidas.

Os principais responsáveis pelas atividades humanas que liberam grandes quantidades de CO₂ na atmosfera são a queima de combustíveis fósseis e o desmatamento (no Brasil é o principal fator); o metano é liberado principalmente pela imensa atividade pecuária e o descarte de resíduos em um modelo de consumo altamente gerador de lixo.

Frente a esse cenário, com seus efeitos provocando cada vez mais episódios extremos, a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas se torna urgente. Preocupações com a ecologia, meio ambiente sempre permearam os pensamentos dos homens. Ambientalistas lutam pela causa há décadas. Pode-se estabelecer o livro "Primavera Silenciosa" de Rachel Carson de 1962, que alertou para os perigos dos agrotóxicos, como a primeira materialização desse sentimento. Apesar disso, durante décadas, essas preocupações foram frequentemente ignoradas em nome do progresso econômico. No Brasil, por exemplo, a ditadura militar incentivou uma reforma agrária invertida ao facilitar terras na Amazônia para grandes grupos

econômicos derrubarem a floresta em favor da pata do boi.

Hoje, no entanto, o debate ambiental ganhou centralidade na agenda científica e na política internacional. Em 1988 o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a Organização Meteorológica Mundial (OMM) criaram o IPCC, ou Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, que é uma entidade das Nações Unidas que avalia a ciência relacionada às mudanças climáticas. O IPCC tem como objetivo reunir e sintetizar os trabalhos científicos de centros de pesquisas e órgãos governamentais. Seus relatórios servem para governos elaborarem políticas públicas sobre o tema. Atualmente, o IPCC possui 195 países membros, entre eles o Brasil.

O Protocolo de Kyoto (1997) e o Acordo de Paris (2015) são acordos internacionais sobre mudanças climáticas, com o objetivo de reduzir as emissões de gases de efeito estufa. O Acordo de Paris tem como objetivo reduzir as emissões de GEE para limitar o aumento da temperatura média global a 2°C em relação aos níveis pré-industriais, com o ideal de mantê-lo a 1,5°C.

As emissões, bem como a captura de GEE podem ser facilmente medida e contabilizada. Desenvolver estratégias de descarbonização se torna uma peça chave para empresas, governos e países. Após contabilizar as emissões de GEE, é essencial definir cenários realistas para a redução dessas emissões ou sequestro de GEE, considerando as condições específicas e os investimentos disponíveis. Uma estratégia é estabelecer um mercado de carbono. Todas as empresas, governos, atividades humanas em geral devem medir a sua “pegada de carbono”, que mede a quantidade de GEE emitidos por um indivíduo, empresa, produto ou atividade. É uma ferramenta usada como indicador para avaliar o impacto ambiental das atividades humanas, e direcionar

esforços para reduzir a emissão de GEE. As empresas são estimuladas e às vezes obrigadas a reduzir ou a compensar as suas emissões. As emissões podem ser compensadas por outras atividades que promovam a redução das emissões ou o sequestro de carbono da atmosfera, como o reflorestamento. O conceito de “carbono zero” aplica-se a organizações ou atividades que reduzem ou neutralizam integralmente suas emissões.

E aqui surge o mercado de carbono, que pode favorecer tremendamente o Brasil. Projetos que evitam emissões ou que promovam o sequestro de carbono, como o reflorestamento, podem gerar créditos de carbono. Esses créditos podem ser comercializados e comprados por empresas que precisam compensar suas emissões.

O Governo do Pará, por exemplo, lidera iniciativas de reflorestamento em áreas degradadas. Um dos projetos já aprovado prevê a recuperação de 10.000 hectares de áreas degradadas pelo pasto intensivo, que não é a vocação da Amazônia. O projeto poderá ser totalmente pago pela geração de créditos de carbono.

Há várias atividades que podem gerar créditos de carbono e o aproveitamento de metano em aterros sanitários para geração de energia é mais um deles. O desativado Aterro Sanitário de Gramacho em Duque de Caxias, RJ, recebeu o lixo da região metropolitana do Rio de Janeiro de 1978 a 2012. Mesmo desativado segue emitindo metano. Hoje abriga o maior projeto de crédito de carbono em aterros sanitários do mundo, gerando energia a partir do biogás coletado no Aterro. As mudanças climáticas são um dos maiores desafios da Humanidade. Mas abrem caminhos para inovações e novas formas de desenvolvimento sustentável. A opção entre o colapso social e ambiental e uma nova era de solidariedade e responsabilidade coletiva marcará o destino de nossa civilização.



José Roberto de Paiva

Físico pela UFRJ, com passagem nas Indústrias Nucleares do Brasil (INB), na International Atomic Energy Agency (IAEA). Professor, dirigiu e implantou programas de Educação Ambiental. Fundador do PDT, é membro da Executiva Municipal de Resende.

CONJUNTURA INTERNACIONAL

POR QUE O SIONISMO É O NOVO NAZISMO, COM APOIO DO FUNDAMENTALISMO CRISTÃO?

PROF. THOMAS DE TOLEDO

Sionismo é o novo nazismo. Mas tem uma diferença. Nazistas acreditavam ser uma raça biologicamente superior. Já os sionistas acreditam serem os eleitos pelo “deus” da religião que manipulam para justificarem seus crimes.

Os nazistas usaram o sentimento nacionalista de frustração pela derrota na guerra para manipular inquestionavelmente o povo alemão. Já os sionistas usam a comoção do holocausto para manipularem a religião judaica a acreditarem que sua ideologia é o único caminho possível para lhes garantir segurança, sem jamais poderem ser questionados.

Mas para quem acha que nazistas e sionistas eram inimigos, isso não se sustenta pelos fatos. Nazistas queriam ver uma Alemanha sem judeus. Os sionistas queriam ver os judeus fora da Alemanha para criarem um Estado colonialista na Palestina. Logo, seus interesses se convergiam e os sionistas colaboravam com os nazistas, entregando outros judeus para serem mortos pelos nazistas.

“Nenhuma ideologia que se baseia no ódio ao diferente pode ser tolerada.”

Da mesma forma que os nazistas tinham seus admiradores, os sionistas também têm. Admiravam os

“Na essência judaísmo e cristianismo são religiões que pregam o bem. Mas sob a égide ideológica do fundamentalismo, seus caracteres são invertidos e eles se tornam um perigo para toda a sociedade.”

nazistas aqueles sádicos, psicopatas e sociopatas que se deleitavam vendo pessoas sendo jogadas mortas em valas comuns. Admiram os sionistas aqueles sádicos, psicopatas e sociopatas que deliram vendo Israel matando crianças a sangue frio, bombardeando escolas e hospitais, queimando pessoas vivas em campos de refugiados, torturando prisioneiros inocentes até à morte e destruindo cidades inteiras.

Por isso o sionismo é o novo nazismo. É a ideologia do ódio cego, do fanatismo e do extremismo.

Ser contra o sionismo nunca foi antissemitismo, da mesma forma que ser antinazista nunca significou ser anti-alemão. Todos sabem a diferença entre alemão e nazista e a diferença entre judeus e sionistas. Agora está na hora de entenderem as semelhanças: nazismo e sionismo são ideologias que manipulam seus povos pelo medo, pelo ressentimento, pelo revanchismo, pela crença de superioridade racial ou religiosa e pelo desejo de colonizar, roubar terras, expandir territórios e escravizar outros povos.

“Ser contra o sionismo nunca foi antissemitismo, da mesma forma que ser antinazista nunca significou ser anti-alemão

O nazismo foi derrotado e o sionismo será derrotado. Da mesma forma que a maioria dos alemães hoje repudia o nazismo, no futuro, a maioria dos judeus repudiará o sionismo. Essas ideologias precisam ser jogadas na lata do lixo da história, juntos do fascismo, do integralismo

e de todos os fundamentalismos nacionalistas e religiosos.

No Brasil, a ideologia sionista é o sustentáculo das religiões cristãs fundamentalistas, sob o comando dos comerciantes de fé enganosa que se tornaram empresários da mercadoria “deus” e que usam isso para serem políticos profissionais. Políticos aliados ao bolsonarismo e às ideologias extremistas de direita que defendem a ditadura militar, a tortura e o ódio como ferramentas de mobilização.

No fundo, os empresários da fé enganosa querem uma coisa só: dinheiro. Dinheiro lhes dá poder. Poder de submeter as ovelhas aos pastores que as engordam para na hora que lhes interessar fazerem o abate. Esses são os tentáculos do sionismo no Brasil. Seus seguidores são capazes de matar e morrer por essas ideologias.

Na essência judaísmo e cristianismo são religiões que pregam o bem. Mas sob a égide ideológica do fundamentalismo, seus caracteres são invertidos e eles se tornam um perigo para toda a sociedade. Nenhuma ideologia que se baseia no ódio ao diferente pode ser tolerada. Por isso precisam ser derrotados a qualquer custo.



Thomas de Toledo

Doutor em Arqueologia. Mestre em Desenvolvimento Econômico. Especialização em Antigo Egito, é graduado em História. Atuou como pesquisador no Departamento de Linguagens e Culturas do Oriente Próximo, da Universidade da Califórnia, LA. No âmbito acadêmico, foi professor de História e Pós-Graduação em Direitos Humanos. Professor de Geopolítica e Relações Internacionais na Faculdade de Campinas (FACAMP), Universidade Paulista (UNIP), docente na Universidade Salesiana (UNISAL) e na Faculdade Anhanguera. Atualmente, dedica-se à pesquisa sobre a economia do Antigo Egito.

RELIGIÃO & POLÍTICA

TRABALHADORA, NEGRA, PERIFÉRICA E JOVEM: O PERFIL DOS EVANGÉLICOS NO BRASIL

FERNANDA PINHEIRO

Pesquisas recentes constataram o que o senso comum já experimenta há algumas décadas - o trânsito religioso brasileiro. Apesar de o país ainda ser de maioria católica, um terço da população se autodenomina evangélica

Um segmento composto, majoritariamente, por mulheres negras, trabalhadoras periféricas e de baixa renda. Já entre os jovens, os evangélicos ultrapassam o número de católicos, conforme revela dados de uma pesquisa Datafolha de 2020.

Ainda de acordo com a pesquisa, o público feminino nas igrejas evangélicas corresponde a 58% dos frequentadores e nas igrejas católicas 51%. Aproximadamente 63,7% dos evangélicos, especialmente os pentecostais, ganham até um salário-mínimo, e 28,0% recebem entre um e três salários. Os pretos e pardos correspondem a 59% e 55% dos fiéis, respectivamente. Revelando uma correlação entre a fé evangélica, gênero, raça e classe.

Os dados do último Censo do IBGE (2022), sobre o perfil religioso no Brasil ainda não foram divulgados, mas a expectativa de pesquisadores e especialistas é de que os números sobre os evangélicos sejam maiores. Já que é contínua a crescente percepção de mudança da população brasileira no que diz respeito à religiosidade. A linguagem, a estética e a rotina das cidades foram afetadas pelos símbolos e elementos da cultura evangélica.

ELEIÇÕES

As eleições dos últimos anos deram uma demonstração da força desses atores que continuam protagonizando o debate político e social também nos estados e municípios. De acordo com um estudo

realizado pela Nexus, o primeiro turno das eleições municipais de 2024 elegeu, em todo o país, 469 religiosos, com identificação religiosa no nome da urna. Em 2020, foram eleitos 442 candidatos.

“Aqueles que conseguirem entender e dialogar com esse eleitorado terão uma vantagem considerável não apenas nas disputas que estão por vir, mas também no processo de formação de classe.”

Candidatos com as expressões “irmão”, “irmã”, “pastor” e “pastora” são os que aparecem com maior recorrência nas urnas. Entre os eleitos que se identificam com nomenclaturas religiosas, os evangélicos representam 91,2%. Tendo sua maior concentração no Nordeste (197) e no Sudeste (126).

Quando analisados os números de candidaturas, os dados são ainda mais expressivos. Em 2000, foram 2.215 religiosos que concorreram ao pleito, mas, em 2024, esse número pulou para 7.260. Um aumento de 225%, em 24 anos. Mas é possível que em 2024 este número tenha sido ainda maior, tendo em vista que existem candidaturas que não fizeram a identificação religiosa na urna.

A evolução do chamado voto evangélico é um fenômeno que não pode

ser ignorado. Aqueles que conseguirem entender e dialogar com esse eleitorado terão uma vantagem considerável não apenas nas disputas que estão por vir, mas também no processo de formação de classe. É preciso lembrar que a maior fatia desse bolo é formada por mulheres negras, trabalhadoras e que moram nas periferias das cidades. Sendo as mais afetadas pelas pautas defendidas por entidades classistas e movimentos sociais.

Estabelecer um diálogo franco e com a linguagem correta, como acontece com qualquer público específico, segmentado, numa estratégia séria de comunicação, vai evitar que essas pessoas sejam enganadas por discursos fascistas disfarçados de discurso religioso.

“Os dados colhidos reforçam a hipótese de que a diversidade religiosa e política do segmento evangélico o torna tão aderente à democracia e à gramática dos direitos como qualquer outro setor da população brasileira”

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

O Observatório Político e Eleitoral da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Frente de Evangélicos pelo Estado Democrático de Direito realizou um estudo sobre os valores, percepções e comportamentos políticos dos evangélicos,

em 2023/2024. Os dados colhidos reforçam a hipótese de que a diversidade religiosa e política do segmento evangélico o torna tão aderente à democracia e à gramática dos direitos como qualquer outro setor da população brasileira.

A título de exemplo, temos os dados sobre o tema da Intolerância Religiosa. As respostas dos entrevistados demonstraram que eles reconhecem a existência do discurso de ódio e violência por parte de alguns líderes religiosos. No entanto, suas histórias e relações no cotidiano, revelam uma forte cultura de tolerância. A maioria relata o próprio trânsito religioso ou de familiares e amigos que migraram do catolicismo ou cultos afro-brasileiros e também o contrário. O que os faz valorizar o respeito e a boa convivência entre os diferentes.

A intolerância religiosa, em geral, também é vista como “falta de respeito” às diferenças, à individualidade, ao “livre arbítrio” e às “escolhas” dos outros. Para esses fiéis, ser intolerante é o mesmo que afastar quem deseja conquistar, evangelizar. Fazendo com que fiquem longe das posições supremacistas e odiosas, vinculadas à extrema-direita política ou às facções criminosas.

De modo geral, os evangélicos que estão dentro das igrejas e longe dos holofotes midiáticos, criticam a intolerância religiosa e recusam a ideia de que ela faça parte da identidade evangélica. Pelo contrário, defendem com ênfase o respeito à liberdade religiosa como direito fundamental individual, fundamentados no princípio bíblico do livre arbítrio.



Fernanda Fonseca

Jornalista

Mestranda em Ciências Sociais pela UFRRJ

Membro do Observatório Político e Eleitoral da UFRJ

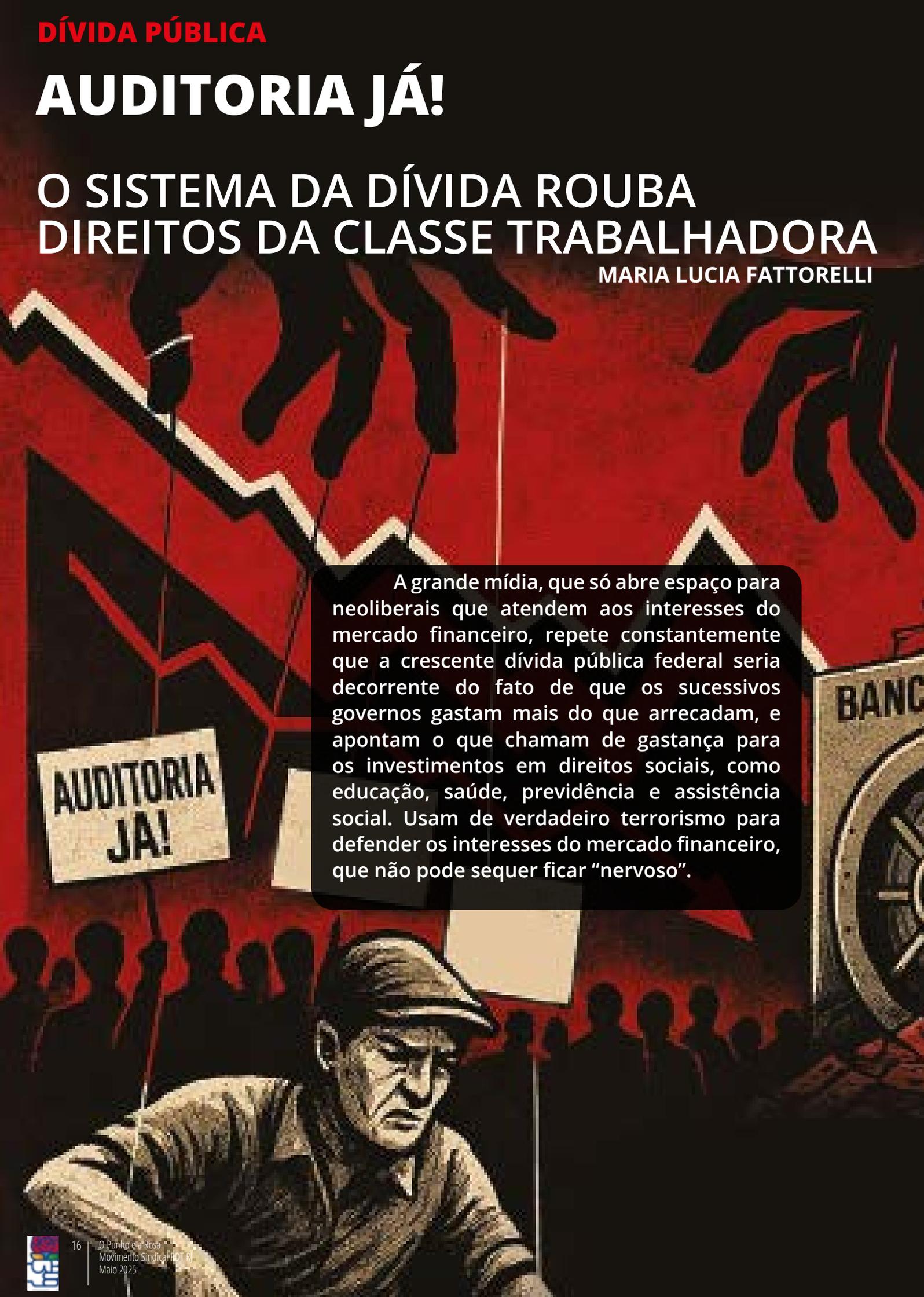
Coordenadora da Frente de Evangélicos pelo

Estado Democrático de Direito

AUDITORIA JÁ!

O SISTEMA DA DÍVIDA ROUBA DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA

MARIA LUCIA FATTORELLI



A grande mídia, que só abre espaço para neoliberais que atendem aos interesses do mercado financeiro, repete constantemente que a crescente dívida pública federal seria decorrente do fato de que os sucessivos governos gastam mais do que arrecadam, e apontam o que chamam de ganância para os investimentos em direitos sociais, como educação, saúde, previdência e assistência social. Usam de verdadeiro terrorismo para defender os interesses do mercado financeiro, que não pode sequer ficar “nervoso”.



Com esse discurso, reforçam a cada dia a necessidade de mais cortes de direitos sociais, mais contrarreformas como a da Previdência, e mais privatizações de patrimônio público, desmontando a estrutura do Estado, como já vem ocorrendo, para que sobrem mais recursos para o pagamento dos compromissos de juros e amortizações da dívida pública.

Adicionalmente, ainda dizem que não tem dinheiro para investir em nosso desenvolvimento socioeconômico e ambiental, e que teríamos que nos submeter ao teto de gastos que atualmente faz parte do arcabouço fiscal¹ e a esse modelo econômico concentrador de renda nas mãos de poucos e produtor de escassez para a imensa maioria.

Até alguns trabalhadores e trabalhadoras que desconhecem o funcionamento do Sistema da Dívida no Brasil acreditam nessas pressões muito bem articuladas pelo mercado financeiro junto à grande mídia, tendo em vista a semelhança desse discurso com o que acontece na vida das pessoas comuns, que em geral sobrevivem com salários muito baixos, têm pouco dinheiro para dar conta de suas necessidades básicas, e acabam se endividando, ou, eventualmente, extrapolam e se enrolam com dívidas em cartão de crédito.

Encurralada por esse discurso, boa parte da classe trabalhadora acaba se conformando com retiradas de direitos por meio de contrarreformas da Previdência, salários baixos e outros sacrifícios abusivos que lhe são impostos, aceitando viver em uma condição de escassez que não tem nada a ver com a abundância que existe em nosso país, o que é um absurdo que precisa ser enfrentado. Mas como?

Em primeiro lugar, é preciso que toda a classe trabalhadora tenha consciência da imensa riqueza que existe no Brasil, tanto em recursos naturais impressionantes, como também em dinheiro: temos mantido mais de R\$ 5 trilhões em caixa, na Conta Única do Tesouro, em Reservas Internacionais, e no caixa do Banco Central. Essa montanha de dinheiro deveria estar circulando na economia, gerando emprego de qualidade, renda, serviços públicos de qualidade e desenvolvimento socioeconômico e ambiental, mas tem ficado estocado em caixa, servindo de garantia para bancos e especuladores que compram os títulos da dívida pública brasileira e recebem os juros mais elevados do mundo.

Em segundo lugar, é preciso que todo mundo saiba que a dívida pública não tem servido para investimentos no Brasil. A Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) já vinha denunciando isso há anos quando, em 2019, o próprio Tribunal de Contas da União declarou², durante audiência pública realizada no Senado Federal, que *“Nenhum investimento foi feito com recursos da emissão de títulos públicos... essa informação é do Tesouro”*.

“Ora, se a dívida pública (que tem sido a justificativa para cortes de investimentos sociais, teto de gastos, privatizações e contrarreformas) não tem servido para investimentos no país, então para que ela tem servido?”

Ao longo dos últimos 25 anos a ACD tem se dedicado a investigar o processo de endividamento público no Brasil, tendo comprovado que essa chamada dívida pública tem servido para alimentar vários mecanismos financeiros que geram dívida pública e a fazem crescer com a aplicação de juros sobre juros exorbitantes.

Dentre os mecanismos identificados e comprovados, destaca-se a Bolsa-Banqueiro, uma remuneração diária paga pelo Banco Central aos bancos, sobre um dinheiro que sequer pertence a eles, mas ao conjunto da sociedade!³ Essa remuneração tem sido feita por meio do abuso na utilização das chamadas “Operações Compromissadas” e “Depósitos Voluntários Remunerados”.

O dinheiro que sobra no caixa dos bancos corresponde à soma de todos os depósitos e aplicações de clientes, que deveriam ser utilizados para empréstimos ao público em geral, cumprindo a atividade precípua das instituições financeiras. Essa sobra já considera a dedução obrigatória da parcela referente ao depósito compulsório, que os bancos

são obrigados a reservar.

Nos demais países, os bancos se esforçam para fazer empréstimos ao público em geral, oferecendo juros cada vez mais baixos, para não ficar com esse dinheiro parado em caixa sem render nada.

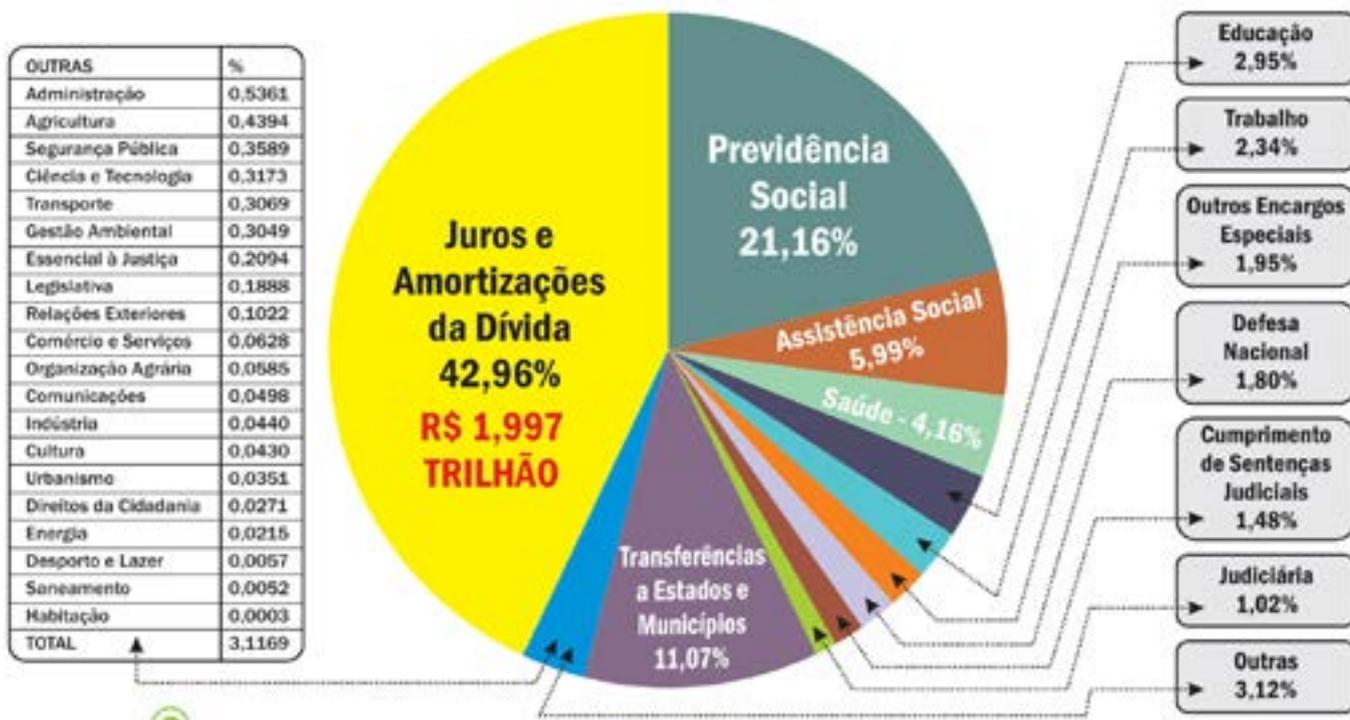
No Brasil é diferente. Os bancos não se esforçam para emprestar à população e empresas que precisam de crédito, e fazem o contrário: cobram juros altíssimos, além de várias exigências burocráticas e comerciais, como vendas casadas de seguros e outros produtos. Os bancos agem dessa forma porque não perdem nada com o dinheiro parado em caixa, pois recebem remuneração diária, paga pelo Banco Central com recursos do orçamento público, tendo custado R\$ 225 bilhões em 2024, tendo custado R\$ 1,252 trilhão nos últimos 10 anos⁴.

Além desse elevado custo, que representa enorme dano financeiro ao orçamento público, essa Bolsa-Banqueiro provoca também imenso dano econômico e social (na medida em que a esterilização de mais de R\$ 1,5 trilhão no BC provoca uma escassez de recursos disponíveis para empréstimos e, conseqüentemente, os juros de mercado sobem a patamares altíssimos, prejudicando as pessoas e toda a economia do país). Adicionalmente, essas operações aumentam o estoque da dívida pública e o volume das obrigações atuais e futuras, pois o Banco Central usa títulos da dívida pública para “justificar” a remuneração diária aos bancos nas “operações compromissadas”, provocando dano patrimonial, além de fabricar crises financeiras⁵.

“É preciso que todo mundo saiba que a dívida pública não tem servido para investimentos no Brasil.”

Bastaria a interrupção da Bolsa-Banqueiro para gerar uma profunda melhoria na situação econômica e financeira do país, pois além de

Orçamento Federal Executado (pago) em 2024 = R\$ 4,648 TRILHÕES



Fonte: Painel do Orçamento Federal - <https://www.sio.org.planejamento.gov.br/painelorcamento>

Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida, Consulta em 12/2/2025. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Gráficos por Função, com exceção da Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em 4 partes: "Juros e Amortizações da Dívida" (GND 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903); "Cumprimento de Sentenças Judiciais" (Programa 0901) e "Outros Encargos Especiais" (restante da função, composta principalmente pela concessão de financiamentos).

estancar os danos acima resumidos, imediatamente os juros iriam cair! E olha que este é apenas um dos mecanismos já identificados e denunciados pela ACD, conforme divulgamos em diversos materiais e curso a distância, que está com as inscrições abertas⁶.

Até quando vamos ficar apenas assistindo o rombo das contas públicas acontecendo de forma escancarada, para pagar uma dívida que sequer tem contrapartida em investimentos, e que

tem sido a responsável por tantos danos financeiros, econômicos, patrimoniais e sociais?

Essa situação só irá se reverter quando a classe trabalhadora - como um todo - tomar consciência do imenso dano que o Sistema da Dívida tem provocado em nossas vidas, e se mobilizar para exigir a realização da auditoria integral dessa dívida, com participação social.

Auditoria já!

¹ O teto de gastos sociais já constou da Constituição Federal (EC-95) e, antes disso, outras limitações aos investimentos sociais já consta

² Trecho da fala disponível em: <https://bit.ly/2NTP1j0>

³ Ver <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/assalto-aos-cofres-publicos-pl-3-877-2020-pl-9-248-2017-plp-19-2019-e-plp-112-2019/> e <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/temos-dinheiro-sobrando-para-remunerar-diariamente-a-sobra-de-caixa-dos-bancos-essa-e-a-prioridade-do-pais/>

⁴ Fonte: Balanços anuais do Banco Central - Tabela "Resultado Líquido com Juros", disponível em <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/balancetesla>. A partir de 2021, inclui a remuneração dos depósitos compulsórios, pois os balanços não divulgam a remuneração dos depósitos voluntários separadamente.

⁵ Ver https://youtu.be/XEe_HqbkWwM e <https://auditoriacidada.org.br/banco-central-afprofunda-a-crise-fabricada/>

⁶ <https://auditoriacidada.org.br/cursos/>



Maria Lucia Fattorelli

Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida <www.auditoriacidada.org.br> e membro titular da Comissão Brasileira Justiça e Paz da CNBB. Atuou como membro da Comissão de Auditoria Oficial da dívida Equatoriana, e da Comissão de Auditoria da Dívida da Grécia realizada pelo Parlamento Helênico. Assessorou a CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados Federais no Brasil (2009/2010), e a CPI da PBH Ativos S/A realizada pela Câmara Municipal de Belo Horizonte, na investigação do esquema de Securitização de Créditos Públicos (2017), entre várias outras participações junto a movimentos sociais no Brasil e exterior, publicações de livros, cartilhas e artigos

O PACTO DA BRANQUITUDE NOS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL

PROF. DR. BABALAWÔ IVANIR DOS SANTOS

Quem tem medo de apoiar candidaturas negras? Mas um ano eleitoral se aproxima, e com ele a sociedade brasileira terá, mais uma vez, a possibilidade de mudar, ou melhor dizendo, começar a mudar e reorganizar os rumos democráticos do nosso país. E dentro dessa reorganização, precisamos refletir sobre a importância do apoio às candidaturas negras.

Mas antes de pensarmos sobre esse ponto, precisamos pontuar sobre o pacto da branquitude nos partidos políticos brasileiros. Ao analisar as discrepâncias no mercado de trabalho, entre pessoas brancas e negras, a professora Cida Bento estabeleceu uma ótica de observação a qual chamou de “pacto da branquitude”. Segundo a referida autora, o “pacto da branquitude” pode ser compreendido como a autopreservação que atende a interesse de determinados grupos e perpetua o poder de pessoas brancas. Mesmo sendo cunhado dentro de um contexto de análise, o mercado de trabalho brasileiro, podemos aqui dizer que o pacto da branquitude não está apenas nos ambientes e mercados de trabalho (BENTO, 2015).

Sendo o Brasil um país que ainda vive sobre a glorificação de um passado colonial e escravocrata, é de extrema importância pontuarmos que o “pacto da branquitude” está engendrado nas relações sociais, culturais, políticas e econômica. Por essa razão, precisamos pensar e dimensionar sobre “os pactos das branquitudes”, no plural, não só pelo alcance que buscamos chamar a atenção sobre as desigualdades estabelecidas pelas pessoas que detêm o poder, mas também termos a possibilidade de reescrever os próximo cenário no Estado brasileiro. Um rápido passeio sobre as construções da histórica política do Brasil é possível perceber que os partidos, bem como os seus dirigentes, constroem

as suas narrativas sobre si próprio sem, em grande em parte, considerar a pluralidade da população que se relaciona.

o “pacto da branquitude” pode ser compreendido como a autopreservação que atende a interesse de determinados grupos e perpetua o poder de pessoas brancas

Ao se apresentar como defensores da diversidade, a equidade, a tolerância e inclusive colocam nos seus objetivos e discursos político palavras de ordem que estão supostamente voltadas para as minorias representativas. Entretanto, essa diversidade e essa equidade tolerável não se aplicam quando as questões estão voltadas para as candidaturas e cargos majoritários no cenário político brasileiro. Isso acontece, pois o pacto da branquitude na política possui um componente narcisista de autopreservação, como se o “diferente” ameasse o “normal”, o universal (BENTO, 2015, KILOMBA), 2020). Então, há o forjamento das representatividades em que a pessoas brancas acreditam que apenas elas podem representar e falar pelas “minorias”, uma vez que a ideia de

universalismos e superioridade, que não coloca as pessoas negras como creditáveis politicamente, condicionam-lhe como únicos representantes da sociedade.

Esse sentimento de superioridade está na essência do preconceito e da representação que as pessoas brancas costumam fazer sobre outro/outra e que permeia também os partidos político. Ações que são expressas em frases costumeiras tais como, “no meu partido tem até pessoas negras” ou a clássica “temos um setor no partido que vai trabalhar essas questões de racismo e intolerâncias”. Possivelmente você pode estar se perguntando sobre as medidas, cotas raciais, que vem sendo adotadas para a candidaturas pessoas negras. É importante ressaltar que tal possibilidade ainda não é uma realidade pontual no cenário político brasileiro por isso ainda existe a falsa ideia democrática da representatividade das branquidades partidárias.

“essa diversidade e essa equidade tolerável não se aplicam quando as questões estão voltadas para as candidaturas e cargos majoritários no cenário político brasileiro”

Muito embora o Tribunal Superior Eleitoral e o Supremo Tribunal Federal tenham determinados critérios de equidade na distribuição de recursos de campanha para pessoas negras e pardas nas eleições, os partidos que não cumpriram com tal determinação foram anistiados pelo Congresso Nacional, o que demonstra o descaso com as pautas inclusivas dentro de um projeto político nacional.

Mas ainda há esperança! Ao olhar para o passado lembramos a liderança e a importância do Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), que entre as décadas de 80 e 90, quando era governador do estado do Rio de Janeiro, escolheu pessoas negras para compor o seu mandato no cargo de secretário. Aqui destaco Carlos Alberto de Oliveira, sendo Secretário do Trabalho e da Habitação. Edileia Salgado que foi Secretária de Estado de Promoção Social e Carlos Magno Nazareth Cerqueira, sendo Secretário de Polícia Militar. No mesmo período o PDT também elegeu dois governadores negros, Alceu de Deus Collares no Rio grande do Sul, que também foi prefeito de Porto Alegre, e Albuíno Cunha de Azeredo no Espírito Santo. E tivemos Abdias do Nascimento sendo senador da República.



Prof. Dr. Babalawô Ivanir dos Santos

Pós-doutor em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC/UFRJ). Professor e Orientador no Programa de Pós-graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador e coordenador de área de pesquisa no Laboratório de História das Experiências Religiosas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LHER/UFRJ). Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Fundador e conselheiro estratégico do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP). Membro do Comitê Gestor do Cais do Valongo. Coordenador da Comissão Científico do Cais do Valongo. Autor do livro Marchar não é Caminhar. Autor e idealizador da série Resistência Negra, da GloboPlay.

ECOTRABALHISMO

FLORESTAS, BAÍA E POVO: A VISÃO AMBIENTAL DE BRIZOLA

LUÍS MOREIRA

Leonel Brizola é, sem dúvidas, um dos nomes mais marcantes da política brasileira. A história o lembra — e sempre lembrará — como o governante que mais construiu escolas públicas em toda a América Latina, defendendo com unhas e dentes a educação como chave para a transformação social. Foi ele quem criou os famosos CIEPs, em parceria com Darcy Ribeiro, acreditando que a escola integral era a melhor ferramenta para romper o ciclo da pobreza e da desigualdade.

Brizola também olhava para a frente. Foi um dos primeiros a falar sobre o impacto da internet, dizendo ainda nos anos 1990 que esse seria um dos principais canais de comunicação e organização da humanidade. Não por acaso, seu partido, o PDT, foi o primeiro do Brasil a ter um site oficial no ar.

O que muita gente esquece — ou nunca soube — é que Brizola também foi um dos governantes que mais se preocupou com o meio ambiente no estado do Rio. E não só no sentido ecológico tradicional, mas também no que hoje a gente chama de justiça ambiental. Antes mesmo do termo “racismo ambiental” ser conhecido, Brizola já denunciava o abandono histórico das favelas, onde faltava tudo: saneamento, água potável, coleta de lixo, dignidade. Ele via ali um projeto de exclusão.

“Brizola já denunciava o abandono histórico das favelas, onde faltava tudo: saneamento, água potável, coleta de lixo, dignidade. Ele via ali um projeto de exclusão.”

“Brizola iniciou o maior projeto ambiental da história fluminense: o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG). Em 1994, ele assinou o convênio com o BID e a agência japonesa JICA, trazendo cerca de 1,2 bilhão de dólares em financiamento”

Durante seu segundo governo no estado (1991–1994), Brizola iniciou o maior projeto ambiental da história fluminense: o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG). Em 1994, ele assinou o convênio com o BID e a agência japonesa JICA, trazendo cerca de 1,2 bilhão de dólares em financiamento. O plano previa a construção de estações de tratamento de esgoto, recuperação de rios e canais e melhorias no saneamento em diversos municípios da região metropolitana.

Embora as obras só tenham começado de fato no governo seguinte, foi Brizola quem fez todo o planejamento, criou o GEDEG (Grupo Executivo da Despoluição da Baía de

Guanabara) e garantiu os recursos. Foi ele quem deu o pontapé inicial para salvar esse que é um dos maiores patrimônios naturais e culturais do Rio.

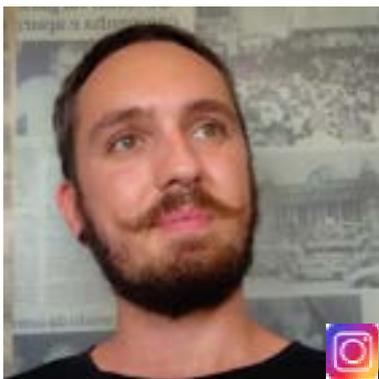
Brizola também foi responsável por iniciativas como o programa Meu Pé de Chão, que dava posse de terras a famílias em áreas irregulares. Era uma política fundiária com viés ambiental e social, que ajudava a combater grilagem e favorecia a permanência segura de comunidades nas suas regiões — muitas vezes, em áreas verdes pressionadas por especulação imobiliária.

Além disso, seu governo criou áreas de proteção ambiental

e parques florestais, como parte de um esforço para manter viva a vegetação nativa do estado, especialmente na Zona Oeste do Rio. Brizola via a natureza como um bem comum e defendia que ela deveria estar acessível à população.

Falar de Brizola hoje é lembrar que existiu um Brasil possível. Um país onde a política pensava o futuro, sem esquecer do povo. Um líder nacionalista, defensor da soberania, da educação, da justiça social e, sim, da causa ambiental. Porque cuidar da natureza é também cuidar do povo — especialmente daquele que mais sofre com a destruição dela.

“Falar de Brizola hoje é lembrar que existiu um Brasil possível. Um país onde a política pensava o futuro, sem esquecer do povo. Um líder nacionalista, defensor da soberania, da educação, da justiça social e, sim, da causa ambiental. Porque cuidar da natureza é também cuidar do povo — especialmente daquele que mais sofre com a destruição dela.”



Luís Moreira

Presidente do Movimento do Ecotrabalhismo do PDT RJ,
Militante da causa vegetariana.

O EFEITO DO CANABIDIOL NA VIDA DE UM CIDADÃO COMUM

DR. THEMISTOCLES BARROS

O tema além de sensível é controverso, passando pelo uso em função da observação de resultados e pela falta de estudos concluídos sobre o uso medicinal da planta.

O presente artigo está relacionado a observação de resultado na aplicação do canabidiol em um autista em condição de crise severa, que não conseguiu sair da crise com os medicamentos convencionais, ou seja, os alopáticos, aprovados em pesquisas.

Antes de contar o resultado do uso do canabidiol na vida de um determinado autista em específico, é importante tratar de como estão os estudos sobre a cannabis dentro e fora do nosso país.

Os estudos da cannabis são verificados em diversos países, ao longo dos últimos 50 anos, como Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Israel, Alemanha, Austrália, China, Chile, Colômbia, Brasil, entre outros. Em vários desses países o uso medicinal da planta já está liberado e com aproximadamente 600 produtos oriundo dos estudos.

Os estudos mais adiantados estão voltados para o uso nos sintomas da Epilepsia, com fortes evidências dos benefícios nos resultados. No entanto, já se verifica resultados, ainda não comprovados, no tratamento para o Alzheimer, Dor Crônica, Ansiedade, Depressão e outras doenças.

No Brasil a norma legal é confusa e contraditória, posto que a Portaria 344/1998, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, proibiu a utilização de produtos químicos extraídos da Cannabis Sativum, no entanto, em função da pressão da sociedade pelo uso medicinal da planta, a ANVISA instituiu a Resolução RDC 660/2022 da Anvisa, que define os critérios e os procedimentos para a importação de Produto derivado de Cannabis, por pessoa física, para uso próprio, mediante prescrição

de profissional legalmente habilitado, para tratamento de saúde.

Ou seja, ao mesmo tempo que a utilização das substâncias da planta é ilegal, definido por uma norma infralegal, a sua importação precedida de prescrição médica é legal, também por uma norma infralegal. As decisões judiciais também possibilitaram o plantio e a extração de óleos derivados da cannabis.

“As crises passaram a ter um intervalo maior entre uma e outra. Com um ano de uso, as crises além de serem raras, a saída da crise passou a ser de horas, o que era de semanas. Hoje, 3 anos depois, o meu filho não tem mais crise alguma, o entendimento dele melhorou, está mais estável e mais calmo.”

No final das contas, o que importa, que é estudo aprofundado dos compostos químicos e biológicos, seus efeitos e o efetivo benefício das substâncias derivadas da cannabis, não está avançando no país.

Porém, a verdade que não se afasta da utilização protegida pelas decisões judiciais e pela portaria da ANVISA, que possibilita o uso, é que o canabidiol tem surtido efeito em diversas frentes. Não se pode esquecer, é claro, que o estudo daria mais segurança para aqueles que buscam soluções nesse uso.

Dito tudo isso, preciso contar da minha experiência pessoal, o qual, até este momento, guardava reservado para mim, minha família e amigos mais próximos.

Há exatos 3 anos, recebi do médico que tratava do meu filho, 15 dias internado por uma crise severa de descontrole

emocional, derivada do autismo grave, que não cessava, as seguintes alternativas: Cirurgia no cérebro ou a utilização do CBD (Canabidiol), com a ressalva para este último, que não acreditava no benefício em função da idade do meu filho, acima dos 20 anos, que o médico via mais efeito em crianças.

Acredito que seja lógico, mas escolhi o CBD.

“Hoje em dia, toda vez que vou buscar o óleo de CBD, é como se estivesse indo buscar uma barra de ouro muito valiosa, pois ali carrega a estabilidade do meu filho e da minha família.”

O primeiro frasco encontrado na farmácia custou aproximadamente 3 mil reais, um frasco de 30 ml, para uso por 15 dias. Nos primeiros dez dias consegui tirar ele do hospital. Mas as crises não pararam totalmente nos primeiros meses, apenas deram intervalos maiores entre uma crise e outra. Continuei com o tratamento, mas consegui entrar em uma associação que tem uma liminar em mandado de segurança e produz o óleo por 185 reais.

Através da associação conheci alguns médicos que prescreveram adequadamente a quantidade de gotas do óleo de CBD. O CBD foi combinado com os medicamentos alopáticos, no entanto, com o tempo, reduziu a 1/3 a quantidade de medicamento alopático que estava sendo prescrito no hospital, já no máximo.

As crises passaram a ter um intervalo maior entre uma e outra. Com um ano de uso, as crises além de serem raras, a saída da crise passou a ser de horas, o que era de semanas.

Hoje, 3 anos depois, o meu filho não

tem mais crise alguma, o entendimento dele melhorou, está mais estável e mais calmo. É óbvio que tudo vem acompanhado de observação com relação às necessidades específicas dele, mas, no meu caso específico, o CBD foi fundamental para a melhora e evolução do quadro sócio afetivo dele.

Os médicos não tinham mais alternativas alopáticas, toda a medicação prescrita já estava no máximo e não poderia aumentar as dosagens, restaram a opção de uma cirurgia radical no cérebro e o CBD.

Não houve qualquer estudo no caso dele, mas é um caso real. Hoje em dia, toda vez que vou buscar o óleo de CBD, é como se estivesse indo buscar uma barra de ouro muito valiosa, pois ali carrega a estabilidade do meu filho e da minha família.

O PDT enquanto partido voltado para as demandas trabalhistas, deveria se pautar por essa bandeira e buscar legislar no sentido de criar um fundo para custear pesquisa específica para o estudo da CANNABIS, com o objetivo de divulgar os estudos e benefícios, propagando o poder medicinal da planta, assim como tantas outras existentes na flora do nosso País e, acima de tudo, acabar com o preconceito que permeia a nossa sociedade política com relação ao CANABIDIOL.

É importante deixar claro, que o meu caso não é raro e isolado, pelo contrário, são muitos os casos de autismo grave que poderia ser tratado com o uso do CBD e por um custo infinitamente menor, se fosse desenvolvido o estudo junto a uma FIOCRUZ, BUTANTAN, ou qualquer outro centro de pesquisas que temos no nosso País. As nossas Universidades Federais e Estaduais, em sua grande maioria, estão repletas de gênios, brasileiros capazes de desenvolver ciência como poucos, mas tudo depende da vontade política, para determinar o financiamento dessas pesquisas, que salvam vidas e reduz o custo das despesas médicas das famílias brasileiras.



Dr. Themistocles Barros

tem graduação em Direito pela Universidade Federal Fluminense, atua como advogado de importantes entidades sindicais e é filiado ao PDT de Itaboraí, sendo militante do Movimento Sindical do partido.

DIREITO DA MULHER

DUPLA JORNADA: O DESAFIO INVISÍVEL DAS MULHERES ENTRE TRABALHO E CUIDADOS — A JORNADA QUE NINGUÉM VÊ

MAYARA BRITO

A crescente participação feminina no mercado de trabalho representa um marco importante na busca pela igualdade de gênero. Contudo, essa ascensão não tem sido acompanhada por uma redistribuição equitativa das responsabilidades domésticas e de cuidados não remunerados, perpetuando para muitas mulheres uma extenuante "dupla jornada". Essa sobrecarga invisível impõe um fardo significativo sobre sua saúde, bem-estar e trajetória profissional, demandando uma análise aprofundada e ações concretas..

Dados de 2022 revelam a persistente disparidade na alocação do tempo dedicado a afazeres domésticos e cuidados de pessoas no Brasil. Enquanto homens despendem, em média, 11,7 horas semanais nessas atividades, as mulheres dedicam expressivas 21,3 horas. Essa diferença de 9,6 horas semanais escancara a desigualdade na divisão do trabalho não remunerado. A abrangência dessa realidade é igualmente alarmante: 91,3% das mulheres realizam alguma tarefa doméstica, em contraste com 79,2% dos homens. Essa assimetria se agrava entre mulheres negras, que apresentam o maior índice de envolvimento nessas atividades (92,7%), expondo a interseccionalidade das desigualdades de gênero e raça.

As consequências da sobrecarga de trabalho não remunerado transcendem a esfera doméstica, impactando diretamente a saúde mental feminina. Estudos recentes indicam que 45% das mulheres brasileiras vivenciaram algum tipo de transtorno mental no contexto pós-pandemia, com a ansiedade, o transtorno mais prevalente no país, afetando seis em cada dez mulheres. A exaustão física e mental decorrente da dupla jornada, somada à falta de tempo para lazer, autocuidado e desenvolvimento profissional, comprometem severamente

a qualidade de vida das mulheres. A pandemia de COVID-19 exacerbou essa situação, forçando muitas a conciliar as demandas profissionais com o cuidado dos filhos e o acompanhamento do ensino remoto, tensionando ainda mais seu cotidiano.

A sanção da Política Nacional de Cuidados em dezembro de 2024 representa um avanço promissor, visando articular serviços e benefícios nas áreas de assistência social, saúde e educação, sob a ótica da responsabilidade compartilhada entre o Estado, as famílias, o setor privado e a sociedade civil.

Ademais, a dedicação massiva das mulheres ao trabalho doméstico

e de cuidados não remunerados possui implicações econômicas significativas, embora frequentemente negligenciadas. Estimativas apontam que, se essa contribuição fosse formalmente remunerada, representaria entre 8% e 15% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Essa invisibilidade econômica subestima o valor intrínseco desse trabalho e sua influência na dinâmica social e econômica. A sobrecarga de tarefas não remuneradas também restringe a participação plena e equitativa das mulheres no mercado de trabalho formal, perpetuando ciclos de vulnerabilidade econômica, especialmente entre as mulheres mais marginalizadas.

A responsabilidade pelo cuidado deve ser compartilhada de forma equitativa entre o Estado, as famílias, as empresas e a sociedade em geral, demandando políticas públicas eficazes e uma transformação cultural que desconstrua estereótipos de gênero arraigados.

Diante desse cenário complexo, a implementação de políticas públicas que reconheçam, valorizem e redistribuam o trabalho de cuidados se torna imperativa. A sanção da Política Nacional de Cuidados em dezembro de 2024 representa um avanço promissor, visando articular serviços e benefícios nas áreas de assistência social, saúde e educação, sob a ótica da responsabilidade compartilhada entre o Estado, as famílias, o setor privado e a sociedade civil. Essa iniciativa sinaliza um reconhecimento da natureza coletiva da responsabilidade pelo cuidado e a necessidade de um esforço conjunto para mitigar a sobrecarga feminina.

Em suma, a dupla jornada enfrentada pelas mulheres não se configura como um problema individual, mas sim como uma questão estrutural com profundas raízes sociais e econômicas. Reconhecer e valorizar o trabalho de cuidado como essencial para a sustentabilidade da vida e da sociedade é um passo fundamental para a promoção da igualdade de gênero e a melhoria da qualidade de vida de todos. A responsabilidade pelo cuidado deve ser compartilhada de forma equitativa entre o Estado, as famílias, as empresas e a sociedade em geral, demandando políticas públicas eficazes e uma transformação cultural que desconstrua estereótipos de gênero arraigados. Somente através desse esforço coletivo será possível construir uma sociedade mais justa, equitativa e que reconheça plenamente a contribuição vital das mulheres em todas as esferas.



Mayara Silva de Brito

Advogada, Pós graduação em Direito Civil Constitucional - UERJ e milita no Movimento Sindical do PDT RJ.

A BASE DA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO SOB A ÓTICA DA NOVA NR-1

DR. MARCIO BARROSO

A NR-1 (Norma Regulamentadora nº 1) trata das disposições gerais sobre segurança e saúde no trabalho, estabelecendo as diretrizes e responsabilidades essenciais para a implementação de programas de prevenção. Com a edição da Portaria MTE nº 1.419/2024, publicada em 28 de agosto de 2024, entendo que estamos diante de uma reformulação que exige um olhar atento e estratégico por parte dos empregadores e operadores do Direito do Trabalho.

Neste artigo, compartilho minha análise prática e jurídica sobre os impactos da nova redação da NR-1 e as providências que considero indispensáveis para garantir a conformidade legal e a proteção efetiva dos trabalhadores.

A principal mudança é a substituição do antigo PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) pelo novo PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos), inserido no contexto mais amplo do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO).

Acredito que essa substituição não é meramente técnica: ela representa uma evolução no conceito de prevenção. O PGR exige uma abordagem estruturada e contínua de identificação, avaliação e controle de riscos, com ênfase na documentação e melhoria constante.

Destaco ainda que a nova NR-1 traz à tona, de forma expressa, os riscos psicossociais, como estresse, assédio moral e sobrecarga de trabalho, como elementos que devem ser considerados no inventário de riscos e nas medidas de controle. Trata-se de um avanço que aproxima a norma da realidade contemporânea das relações laborais.

RESPONSABILIDADE OBJETIVA E RIGOR FISCALIZATÓRIO

A responsabilidade do empregador é significativamente ampliada e como advogado atuante na área Sindical (laboral e patronal), vejo com clareza que a nova NR-1 reforça a responsabilidade objetiva, conforme o art. 7º, XXVIII, da Constituição Federal, bem como a presunção de culpa nas ações quando as

mesmas não forem cumpridas, que já são amplamente reconhecidas pelo TST.

O descumprimento das obrigações previstas na norma, como a ausência de um PGR eficaz ou de treinamentos obrigatórios, pode gerar autos de infração, multas administrativas e servir como base probatória em ações judiciais.

Tenho orientado aos meus clientes, a adotarem medidas preventivas imediatas, com revisão de políticas internas e capacitação técnica de seus profissionais de SST, especialmente nos setores com maior exposição a riscos.

A ABORDAGEM PSICOSSOCIAL: UMA NOVA RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL

Com a nova NR-1, os fatores psicossociais deixam de ser tratados de forma marginal e passam a compor formalmente o GRO.

A legislação, a partir de agora, exige que situações de burnout, ansiedade, jornadas exaustivas, assédio organizacional e outros elementos subjetivos sejam reconhecidos, avaliados e mitigados.

Entendo que isso não apenas amplia a proteção ao trabalhador, mas oferece também segurança jurídica ao empregador, desde que este comprove, documentalmente, a adoção de medidas preventivas. A ausência dessa estrutura poderá ser interpretada como negligência, com

impactos relevantes em demandas judiciais.

OS SINDICATOS COMO AGENTES DE FISCALIZAÇÃO

A atuação sindical também ganha nova dimensão. Defendo que os sindicatos laborais devem assumir um papel proativo na fiscalização do cumprimento da NR-1, colaborando com os órgãos competentes e exercendo sua função institucional de defesa dos interesses da categoria.

Esse movimento fortalece o diálogo social e pode prevenir litígios futuros, ao assegurar a construção de um ambiente de trabalho mais seguro e saudável e o seu descumprimento acarretará em materialidade para ações judiciais cabíveis.

APLICAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO E PRAZOS DE TRANSIÇÃO

A nova NR-1 entrará em vigor em 26 de maio de 2025, com um período de transição até maio de 2026, quando começarão a ser aplicadas penalidades relacionadas ao não gerenciamento de riscos psicossociais.

Esclareço que, no setor público, a norma se aplica obrigatoriamente aos entes que contratam sob o regime da CLT. Já os servidores estatutários não estão automaticamente vinculados, embora muitos órgãos públicos adotem as NRs como referência técnica.

Recomendo que, mesmo sem obrigatoriedade, as administrações públicas utilizem a NR-1 como parâmetro de boas práticas e as entidades sindicais competentes no âmbito o serviço público, que negocie junto ao Executivo e Legislativo normas equivalentes a NOVA NR-1.

RECOMENDAÇÕES PRÁTICAS PARA ADEQUAÇÃO À NOVA NR-1



Marcio Barroso

Advogado

Pós graduado em processo do trabalho.

Advogado com especialização sindical.

Advogado da Fesep RJ, metalúrgicos de Angra

Sincoerj, patronal lotéricos do Estado RJ.

Vice-presidente da Comissão Sindical da OAB RJ.

Militante do Movimento Sindical do PDT RJ

Com base na nova redação, recomendo que as empresas iniciem imediatamente a implementação de ações que demonstrem sua preocupação com a saúde mental e o bem-estar dos colaboradores. Algumas medidas que tenho sugerido incluem:

1. Campanhas educativas sobre saúde mental;
2. Oficinas de manejo do estresse e inteligência emocional;
3. Canais internos ou terceirizados de escuta psicológica;
4. Ginástica laboral e pausas ativas;
5. Treinamento de líderes para identificação precoce de sofrimento psíquico;
6. Diálogos periódicos de segurança com foco na saúde mental.

O Governo Federal, por sua vez, anunciou o lançamento de um manual técnico detalhado e a criação de um grupo de trabalho tripartite para acompanhar e orientar a aplicação da nova norma.

Vejo isso como um esforço bem-vindo para garantir uniformidade na interpretação e aplicação das obrigações impostas pela NOVA NR-1.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nova NR-1 representa um verdadeiro marco regulatório na proteção da saúde do trabalhador e na minha visão, ela eleva o padrão de exigência das empresas, mas, ao mesmo tempo, oferece instrumentos jurídicos importantes para a pacificação de conflitos e a valorização do ambiente de trabalho.

Com a obrigatoriedade de registros técnicos e relatórios elaborados por profissionais habilitados, haverá maior controle, prevenção e responsabilização. Trata-se de uma mudança que fortalece a cultura de prevenção e abre espaço para uma atuação jurídica mais assertiva e preventiva.

EMENDAS PARLAMENTARES

O DESEQUILÍBRIO NO TRIPÉ CONSTITUCIONAL: O AVANÇO DAS EMENDAS PARLAMENTARES E A CRISE DA REPÚBLICA

EDUARDO CHAMARELLI

O sistema republicano brasileiro foi construído sobre um tripé fundamental: os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, atuando de forma harmônica e independente, como garante a Constituição Federal de 1988. No entanto, do Governo Bolsonaro em diante, esse equilíbrio tem sido comprometido por uma prática que, à primeira vista, parece legítima: as emendas parlamentares.

O que era um Governo fraco, gestado baixo clero do parlamento, foi buscar adesão e apoio no centrão, e encontrou um congresso com perfil parasitário, liderado por uma das figuras mais gananciosas e venais já produzidas pelo sistema eleitoral brasileiro, o Dep. Arthur Lira, que se aproveitando da fragilidade de um governo fraco, sem adesão política, deu preço ao apoio, e cobrou caro! Exigiu parte significativa do orçamento público para distribuição via legislativo.

Assim, o que deveria funcionar como instrumento de cooperação entre Poderes, tornou-se um verdadeiro “orçamento paralelo”, usado para fins eleitorais, alheio à transparência e à lógica institucional, subvertendo a ordem democrática e corroendo os pilares da República, e extinguindo o conceito de Governo de Coalizão.

As emendas parlamentares surgiram como uma forma de descentralizar o orçamento federal e permitir que parlamentares, representantes dos estados e da população, pudessem indicar a alocação de recursos em áreas estratégicas de seus redutos, pulverizando recursos federais. Em

teoria, seria uma ponte entre as demandas locais e o governo federal.

Na prática recente, especialmente com o advento das chamadas emendas de relator, esse mecanismo foi desvirtuado. Em vez de promover a descentralização responsável, passou a ser ferramenta de barganha política, premiação de aliados e coerção de opositores. O Executivo tornou-se refém de uma base parlamentar alimentada por bilhões de reais, distribuídos sem critérios claros, fiscalização eficaz ou qualquer traço de planejamento público.

A centralização das decisões orçamentárias no Congresso Nacional rompe com a lógica constitucional que atribui ao Executivo a prerrogativa de planejar e executar o orçamento. Esse novo cenário gera, em vez de coalizão (que era um sistema de pesos e contrapesos da republica), uma disputa violenta alimentada por narrativas ideológicas, com um “duplo comando onde ninguém comanda”: de um lado, o governo eleito com um plano de ação; de outro, um parlamento que opera como governo paralelo, orientado por interesses locais, ideológicos ou eleitorais imediatistas. A transparência é

substituída por acordos de bastidores e a responsabilidade fiscal é relativizada.

Na democracia de coalizão, os partidos dividem o poder e constroem governabilidade mediante alianças programáticas. O uso abusivo das emendas rompe esse modelo. A governabilidade passa a ser garantida por recursos orçamentários e não mais por compromissos de gestão. A consequência é um Parlamento cada vez mais venal, ideológico, dividido, reativo e menos comprometido com reformas estruturais. Isso compromete a eficiência do Estado e esvazia a função representativa.

"Só em 2024 o valor de emendas distribuídas pelos 513 deputados da Câmara Federal foi de quase 45 bilhões de reais. Isso da quase 88 milhões para cada deputado, em média, distribuir sem fiscalização."

Diversas ações questionam a legalidade das emendas de relator. O STF já se manifestou sobre a necessidade de transparência, mas as decisões são frequentemente contornadas por novas manobras legislativas. A ausência de fiscalização

efetiva contribui para o fortalecimento desse "orçamento secreto", colocando o Judiciário diante de uma escolha difícil: intervir e ser acusado de ativismo, ou se omitir e assistir ao enfraquecimento da Constituição.

Agora o centrão e a direita, que sempre comandaram o legislativo, inflamados por uma extrema direita desesperada por se livrar de crimes contra a república e sobreviver no cenário político, articula uma estratégia de tomada do Senado Federal, com vistas a interferir no Supremo Tribunal pelas vias legais, e com grande foco em reforçar a divisão do orçamento público entre legislativo e executivo.

O atual uso das emendas parlamentares representa uma das mais perversas heranças da prática política recente: esvazia o Executivo, corrompe a função do Legislativo, desafia o Judiciário e enfraquece o pacto democrático. Romper com essa lógica exige coragem institucional, mobilização da sociedade civil e, principalmente, a redemocratização do orçamento público. A sobrevivência da República depende da restauração do equilíbrio entre os Poderes, do resgate da transparência e da submissão da política à Constituição — e não o contrário.

Saudações Trabalhistas!



Eduardo Chamarelli Correia Iaspeck

Presidente do Movimento Sindical do PDT RJ, Diretor de Relações Internacionais do Movimento Sindical do PDT e Presidente do PDT em Resende, RJ.

Servidor público desde 2002, na área de Saneamento e Meio Ambiente. Atualmente exerce cargos de Diretor Financeiro na Federação dos Servidores Públicos Municipais no Estado do Rio de Janeiro - FESEP RJ, e na Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB RJ, e Diretor de Organização na Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB.

CULTURA E EDUCAÇÃO

UBUNTU: CULTURA E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA REGIÃO DA PEQUENA ÁFRICA

PROF^ª. DRA. MARIANA GINO E MARCELO DOS SANTOS

*De origem africana, principalmente entre os povos Zulu e Xhosa da África do Sul, a palavra **Ubuntu** representa a ideia de que a nossa humanidade é construída através das relações, interações, trocas e construções com outras pessoas e com o meio em que vivemos.*

Enquanto filosofia, Ubuntu nos ensina que uma pessoa só se torna pessoa através de outras pessoas, uma construção comunitária que promove redes e visões de independência e reciprocidade. Tal pensamento, que propõe uma concepção ética que, de certa forma, desafia os hábitos de vida da sociedade contemporânea, tem uma ligação direta com o pensamento filosófico Consciência Negra, desenvolvido por Stephen Bantu Biko, conhecido como Steve Biko, ativista anti-apartheid da África do Sul na década de 1960 e 1970. E guiou o desenvolvimento da Teologia Ubuntu, idealizada pelo arcebispo sul-africano Desmond Tutu.

Imbuído pela filosofia Ubuntu, o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas - CEAP vem, ao longo de quatro décadas, promovendo ações concretas, programas, projetos e ações voltados para o combate às desigualdades raciais e sociais, promovendo a equidade, diversidade cultural e educação antirracista, liberdade de expressão e a democracia.

Criado na década de 1980, no bojo dos debates dos movimentos sociais sobre a Constituição de 1988, o CEAP é uma instituição sem fins lucrativos cujos trabalhos contribuem de forma significativa para o fortalecimento do direito à cidadania, assim como para a consolidação da democracia no Brasil.

Destarte, ao escolher a filosofia Ubuntu como norteador de suas ações, a instituição, com os pés no presente, faz um aceno ao passado, lembrando que a ancestralidade é o motor para o fortalecimento das nossas identidades, e um aceno para o futuro, para nos lembrar que sem uma compreensão do passado jamais teremos a possibilidade de projetar ações concretas e transformadoras.

“É melhor morrer por uma ideia que vai sobreviver do que viver por uma ideia que morrerá” - Steve Biko

Outrossim, Ubuntu, além de filosofia, passou a ser expressa na metodologia, construção e desenvolvimento dos projetos do CEAP e desenvolvidos em parcerias. Aqui, destacamos o projeto Ubuntu Carioca: Matrizes Africanas na Pequena África, que busca promover a formação crítica e o intercâmbio de conhecimentos sobre a importância histórica e cultural da Pequena África. Visando combater o racismo, a intolerância religiosa e fortalecer as identidades culturais locais, incentivando o respeito pela diversidade.

Destacamos também as pesquisas desenvolvidas na Iniciativa Viva a Pequena África, que tem por objetivo fortalecer as identidades culturais, promover desenvolvimento sustentável, integrar a comunidade local em uma rede de colaboração,

promover o avivamento cultural, dos patrimônios materiais, imateriais e manifestações culturais.

Ubuntu, para além da sua interpretação “Eu sou porque nós somos”, é um modo de fazer, de agir, compreender e passar para as próximas gerações a importância da unidade, da comunidade e das redes invisíveis e sensíveis que permeiam as nossas relações cotidianas com o continente africano.

Uma pessoa só se torna pessoa através de outras pessoas, uma construção comunitária que promove redes e visões de independência e reciprocidade: “Eu sou porque nós somos”

Profª. Dra. Mariana Gino

Doutora em História Comparada pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC/UFRJ) com ênfase em História Intelectual Africana. Secrétaire Générale du Centre International Joseph Ki-Zerbo pour l'Afrique et sa Diaspora/Nan laara an saara. (CIJKAD). Diretora Executiva Adjunta do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP). Atualmente é Coordenadora do setor de Educação e Pesquisa do CEAP. Coordenadora do projeto Ubuntu Carioca: Matrizes Africanas na Pequena África. Coordenadora de pesquisa da Iniciativa Viva a Pequena África.



Marcelo Luiz Ivanir dos Santos

Diretor Executivo do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas- CEAP. Especialista em gerência executiva, elaboração de projetos, captação de recursos e produção cultural.

SANEAMENTO

O ENIGMA DOS BILHÕES DA CEDAE: PROMESSAS RASGADAS, SERVIÇOS PRECÁRIOS, USO POLÍTICO DO DINHEIRO PÚBLICO E DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

VITOR DUQUE

Em abril de 2021, o Governo do Estado do Rio de Janeiro realizou um dos maiores leilões de saneamento básico da história do Brasil: a privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE), que arrecadou R\$ 22,6 bilhões.

A conceito A privatização aconteceu sob o pretexto da modernização, da universalização do acesso à água e do fim do esgoto a céu aberto, a operação foi vendida à população como uma solução definitiva para os históricos problemas de saneamento no estado.

Mas três anos depois, o que se vê é o oposto do prometido: **tarifas abusivas, aumento explosivo de reclamações, obras não entregues, obrigações contratuais descumpridas e um rastro de dúvidas sobre o destino do dinheiro público**, alimentando suspeitas de uso político e eleitoral dos recursos em favor do então governador Cláudio Castro (PL).

A BILIONÁRIA VENDA DA ÁGUA PÚBLICA

O leilão dividiu o estado em quatro blocos operacionais:

Blocos 1 e 4 – Águas do Rio (Aegea)

Bloco 2 – Iguá Saneamento

Bloco 3 – não teve interessados na primeira rodada. Foi leiloado posteriormente, vencendo a Rio Mais Saneamento.

As concessionárias se comprometeram com investimentos de R\$ 30 bilhões até 2033, com metas de universalização da água (99%) e do esgoto (90%), em consonância com o novo Marco Legal do Saneamento (Lei nº 14.026/2020).

SERVIÇOS PRECÁRIOS E AUMENTO DE QUEIXAS

Segundo o Procon-RJ, apenas nos dois primeiros meses de 2023 houve um aumento de 454% nas queixas contra as concessionárias em comparação com o mesmo período de 2022.

Os principais motivos envolvem interrupções no fornecimento, contas abusivas, vazamentos, esgoto a céu aberto e atendimento precário.

Bairros inteiros da Zona Oeste do Rio, como Campo Grande, Santa Cruz e Bangu, continuam convivendo com sistemas obsoletos, falta d'água constante e ausência de obras prometidas. O mesmo cenário se repete em diversos municípios da Baixada Fluminense. Moradores relatam que a situação, antes ruim, piorou depois da privatização.

De acordo com avaliação do Observatório das Metrôpoles (UFRJ), publicada em 2023, as metas intermediárias previstas para os primeiros dois anos da concessão não foram integralmente cumpridas. As empresas não investiram o volume previsto no ritmo anunciado, especialmente em áreas periféricas e comunidades populares, que seguem sem redes de esgoto ou com abastecimento irregular.

Apesar disso, o poder concedente (Estado do RJ) não aplicou penalidades previstas em contrato, como multas ou medidas de correção. Pelo contrário, em 2024, o governo assinou um acordo que suspende a exigência de metas até a "correção do edital", aprofundando a percepção de conivência institucional com o descumprimento contratual.

RECURSOS COMO MOEDA POLÍTICA E ELEITORAL

Dos R\$ 22,6 bilhões arrecadados, R\$ 14,47 bilhões ficaram com o governo estadual, R\$ 7,68 bilhões foram repassados a 29 municípios e R\$ 522 milhões foram destinados ao Instituto Rio Metrôpole. O governo estadual anunciou projetos estruturantes como a despoluição da Baía de Guanabara (R\$ 2,6 bi), a recuperação da Bacia do

Guandu (R\$ 2,9 bi) e obras no Complexo Lagunar da Barra (R\$ 250 milhões). Contudo, nenhuma dessas intervenções foi concluída, e poucas tiveram suas etapas documentadas publicamente.

Mais grave ainda: diversas reportagens e documentos de órgãos de controle apontam que os recursos foram utilizados para fins políticos. Segundo a revista CartaCapital, o governo Cláudio Castro utilizou os repasses como moeda de barganha para consolidar alianças com prefeitos em 2022, ano eleitoral. Os dados revelam que os maiores repasses foram feitos a aliados do governador, especialmente em cidades da Baixada Fluminense e interior.

O PAPEL DO BNDES E O FINANCIAMENTO À ÁGUAS DO RIO

Além do valor arrecadado no leilão, a concessionária Águas do Rio recebeu um financiamento de R\$ 19,3 bilhões do BNDES, ainda durante o governo Bolsonaro, em condições consideradas excepcionais e questionáveis por especialistas. O contrato foi fechado sem exigência de garantias corporativas e com cobertura de risco para a emissão de debêntures.

FALTA DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

Para responder às crescentes críticas, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP-RJ) lançou em dezembro de 2022 a plataforma "Recursos CEDAE", com o objetivo de permitir o monitoramento dos repasses feitos aos municípios. No entanto, a plataforma não contém informações detalhadas sobre os projetos realizados, nem sobre os impactos efetivos dos investimentos.

Hoje, mesmo esvaziada, a CEDAE segue sob ataque: demissões, terceirizações e tentativa de desmonte institucional silencioso. Mas sua permanência pública preserva uma base real para

a luta pela reestatização, pela retomada do controle público sobre um bem essencial, e pela reconstrução de um projeto de saneamento comprometido com a universalização e com o povo.

Neste cenário, destaca-se ainda o papel da AGENERSA (Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro), que mesmo diante de descumprimentos contratuais, interrupções de serviço, tarifas abusivas e ausência de investimentos, não aplicou multas ou penalidades significativas às concessionárias. Em vez de atuar como fiscalizadora rigorosa do interesse público, a AGENERSA vem se comportando como aliada silenciosa dos grupos privados.

SEM ÁGUA, SEM ESGOTO E SEM VOZ

Três anos após a privatização da CEDAE, a realidade mostra um cenário de desigualdade ampliada, serviços instáveis, descumprimento de metas, lucros assegurados para os grupos privados, e nenhuma transparência sobre a aplicação dos recursos públicos. A água — bem comum e direito universal — foi transformada em mercadoria, gerando lucros para poucos e insegurança para milhões.

ACEDAE, apesar dos ataques e do esvaziamento institucional, mantém-se como empresa pública estratégica. Sua preservação é hoje uma trincheira de resistência contra a entrega total do saneamento ao capital privado. Reestruturá-la e revalorizá-la significa abrir caminho para a reestatização plena do serviço, sob controle público, social e transparente.

A promessa de modernização e universalização virou propaganda política. Enquanto isso, as comunidades mais pobres seguem esquecidas, sem água, sem esgoto e sem voz.

Mas a bandeira da reestatização da CEDAE permanece viva. E mais necessária do que nunca.



Vitor Duque

Advogado e servidor da CEDAE e Membro da Direção do Movimento Sindical do PDT RJ.

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento e Meio Ambiente do Rio de Janeiro e Região - SINTSAMA.

Secretário de Saneamento e Meio Ambiente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB RJ e Diretor Executivo da Federação Nacional dos Trabalhadores em Água, Energia e Meio Ambiente.



Revista apresenta os principais debates do Trabalhismo no Brasil

A Revista Embaúba – Cultura Política foi fundada para aprofundar e enriquecer o debate de ideias trabalhistas. Lançada em Junho de 2023, a revista é aberta a contribuições de todos os quadros, militantes e aliados do Trabalhismo.

Toda edição abrange cinco editorias sobre os grandes temas da política nacional: Justiça Social, Desenvolvimento, Futuro, República e Soberania. Traz ainda uma entrevista e uma seção de Memória.

É um esforço de institucionalização do debate de ideias do PDT. Ideias são aquilo que o Trabalhismo tem de maior força, e por isso a Embaúba pretende ser um instrumento para construir e elevar essas ideias para o futuro.

 @revistaembauba



CONHEÇA A UNIVERSIDADE ABERTA LEONEL BRIZOLA



A Universidade aberta Leonel Brizola é a Escola de Formação Política do PDT. Nela desenvolvemos o ensino das Ciências Sociais, Sociais Aplicadas e a Doutrina do Trabalhismo, além de cursos destinados às atividades práticas da política.

Entendemos que, num país com dimensões continentais e para atender a um partido com mais de um milhão de filiados, o ensino a distância precisa cumprir esse papel de encurtar distâncias e unir pessoas ao redor de uma causa.

Nossos cursos são destinados aos nosso filiados e para todas as pessoas que se interessam de alguma forma pela política. Por isso, você é bem vindo para realizar qualquer atividade ofertada dentro de nossa plataforma.

Universidade aberta Leonel Brizola (ulb.org.br)

O PUNHO E A ROSA 

Jornalista responsável: Lucas Cardoso Alvares
Diagramação e Design: Filipe Souza
Curadoria e edição:
Eduardo Chamarelli e Luiz Carlos Serafim

SEDE ESTADUAL

Rua Sete de Setembro, 141 – Centro – RJ
Telefone: (21) 3095-1212
E-mail: pdtindicalrj@gmail.com

APOIO:

